



MOÇÃO

Em defesa do serviço público de correios

Considerando que:

- O mal chamado PEC – “Plano de Estabilidade e Crescimento”, apresentado pelo Governo Português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT que em 2009 renderam ao Estado cerca de 46,5 milhões de euros em dividendos, segundo dados da revista “Visão” de 31/03;
- O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso do Alentejo;
- A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos;
- O encerramento da estação de correio, a juntar à da escola, do posto médico, etc, pode significar o golpe final da desertificação de muitas aldeias do Alentejo e provocaria, de imediato, graves danos à população, já que, por exemplo, a larga maioria da população idosa recebe as magras reformas pelo correio e usa os CTT como seu único banco.

A Assembleia Municipal de Serpa, em sessão ordinária de 30 de Abril de 2010:

- 1. Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas constantes do PEC, em especial à ameaça de privatização dos CTT;**
- 2. Como órgão deliberativo do Município, delibera propor aos trabalhadores dos CTT e aos seus órgãos representativos a realização de uma campanha de esclarecimento da população sobre os perigos da privatização dos correios.**

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada, por maioria, com 5 votos contra do PS, 4 abstenções do PSD e PS e 18 votos a favor da CDU e BE

Esta moção será enviada à Presidência da República, Ministério da Economia, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Beja, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Sindicato dos Trabalhadores dos CTT, comunicação social e nacional.